

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2023**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM

MORADA: Rua da Felgueira, 360

LOCALIDADE: Baguim do Monte

FREGUESIA: Baguim do Monte

CONCELHO: Gondomar

CODIGO POSTAL: 4435 - 696




(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

DATA

12 de Abril 2024

ASSINATURAS





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023


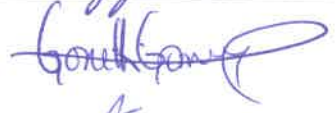

Contribuinte : 501632727

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 023	2 022
Vendas e serviços prestados	7	409 533,66	362 566,10
Subsídios, doações e legados à exploração	11.10	312 320,89	284 420,57
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-71 192,44	-74 937,04
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-137 095,09	-144 701,41
Gastos com o pessoal	9	-484 048,59	-457 736,36
Aumentos/reduções de justo valor	11.14	-5,62	32,77
Outros rendimentos	11.12	4 933,86	4 725,30
Outros gastos	11.13	-862,34	-1 459,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33 584,33	-27 090,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-15 119,45	-14 752,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 464,88	-41 842,14
Gastos de financiamento	11.15	-0,25	-241,91
Resultados antes de impostos		18 464,63	-42 084,05
Resultado líquido do período		18 464,63	-42 084,05

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte : 501632727

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-23	31-dez-22
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	306 091,90	318 489,86
Investimentos financeiros	11.1	3 405,32	3 480,74
		309 497,22	321 970,60
Ativo corrente			
Inventários	6	204,21	197,15
Créditos a receber	11.2	14 163,50	10 693,50
Estado e outros entes públicos	11.7	728,03	971,22
Diferimentos	11.3	983,48	2 355,17
Outros ativos correntes	11.8	8 574,31	5 780,15
Caixa e depósitos bancários	11.4	25 550,36	27 364,57
		50 203,89	47 361,76
Total do ativo		359 701,11	369 332,36
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	240 444,80	240 444,80
Resultados transitados	11.5	-115 483,37	-73 399,32
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	98 443,11	101 735,18
		223 404,54	268 780,66
Resultado líquido do período		18 464,63	-42 084,05
Total dos fundos patrimoniais		241 869,17	226 696,61
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	28 285,67	38 949,82
Estado e outros entes públicos	11.7	9 231,49	18 587,72
Financiamentos obtidos	5	0,00	10 000,00
Diferimentos	11.3	6 538,30	16 676,65
Outros passivos correntes	11.9	73 776,48	58 421,56
		117 831,94	142 635,75
Total do passivo		117 831,94	142 635,75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		359 701,11	369 332,36

A Direção

O Contabilista Certificado

Ass: 20 de dez 2023
Guilherme
[Assinatura]

[Assinatura]
certificado


CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		406 395,66	355 111,41
Pagamentos a fornecedores		-231 703,34	-215 450,95
Pagamentos ao pessoal		-335 042,53	-318 760,44
Caixa gerada pelas operações		-160 350,21	-179 099,98
Outros recebimentos/pagamentos		158 749,97	186 148,75
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-1 600,24	7 048,77
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 642,20	-1 575,79
Investimentos financeiros		-249,56	-307,98
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		247,86	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 643,90	-1 883,77
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		12 429,93	10 152,98
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-10 000,00	0,00
Juros e gastos similares		-0,25	-241,91
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2 429,93	9 911,07
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1 814,21	15 076,07
Caixa e seus equivalentes no início do período		27 364,57	12 288,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	25 550,36	27 364,57

A Direção

O Contabilista Certificado



 Gonçalo Gonçalves
 Director



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501632727

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ERPI	CENTRO DE DIA	SAD	PERÍODOS	
					2023	2022
Vendas e serviços prestados	7	341 914,16	27 294,00	40 325,50	409 533,66	362 566,10
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 / 9	-423 239,13	-36 298,73	-95 703,17	-555 241,03	-532 673,40
Resultado Bruto		-81 324,97	-9 004,73	-55 377,67	-145 707,37	-170 107,30
ISS, IP - Centro Distrital		168 048,82	20 012,67	83 947,48	272 008,97	231 877,30
Outros Rendimentos		38 301,00	1 999,24	4 945,54	45 245,78	57 301,34
Gastos administrativos		-115 158,57	-9 263,48	-27 807,49	-152 229,54	-160 060,80
Outros Gastos		-852,96	0,00	0,00	-852,96	-852,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 013,32	3 743,70	5 707,86	18 464,88	-41 842,14
Gastos de financiamento (líquidos)	11.15	-0,25	0,00	0,00	-0,25	-241,91
Resultado antes de impostos		9 013,07	3 743,70	5 707,86	18 464,63	-42 084,05
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		9 013,07	3 743,70	5 707,86	18 464,63	-42 084,05

A Direção

O Contabilista Certificado

António José de Jesus
Contabilista Certificado

António José de Jesus
Contabilista Certificado

P
2
t

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM

Anexo às Demonstrações Financeiras 2023

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5	Custos de Empréstimos Obtidos.....	9
6	Inventários.....	9
7	Rédito.....	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	10
9	Benefícios dos empregados.....	10
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações.....	11
11.1	Investimentos Financeiros.....	11
11.2	Créditos a Receber.....	11
11.3	Diferimentos.....	11
11.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	12
11.5	Fundos Patrimoniais.....	12
11.6	Fornecedores.....	12
11.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	12
11.8	Outros ativos correntes.....	13
11.9	Outros passivos correntes.....	13
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
11.11	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.12	Outros rendimentos.....	14
11.13	Outros gastos.....	14
11.14	Aumentos / reduções de justo valor.....	14
11.15	Resultados Financeiros.....	15
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	15
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Baguim é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" e encontra-se registada na Direcção-Geral da Segurança Social no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 13/84 a fls. 41 e 41 verso em 22/2/84.

Tem sede na Rua da Felgueira, 360, freguesia de Baguim do Monte no concelho de Gondomar.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social. Sempre que tal se justifique, e seja possível, a ação do Centro estender-se-á aos habitantes das paróquias vizinhas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos

e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4 Ativos Fixos Tangíveis**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2022	Adições	Abate	Transferência	31-12-2023
Terreno e Recursos Naturais	19 951,92				19 951,92
Edifícios e Outras Construções	654 210,73				654 210,73
Equipamento Básico	155 876,24	2 721,49			158 597,73
Equipamento de Transporte	88 742,01				88 742,01
Equipamento Administrativo	91 879,75				91 879,75
Ativo Tangível Bruto	1 010 660,65	2 721,49	0,00	0,00	1 013 382,14
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	358 681,29	13 084,21			371 765,50
Equipamento Básico	152 935,73	1 980,85			154 916,58
Equipamento de Transporte	88 742,01				88 742,01
Equipamento Administrativo	91 811,76	54,39			91 866,15
Depreciações Acumuladas	692 170,79	15 119,45	0,00	0,00	707 290,24
Ativo Tangível Líquido	318 489,86	- 12 397,96	0,00	0,00	306 091,90

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de financiamentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários - Livrança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00

Os juros e amortizações de capital dos financiamentos, estão divulgados no quadro seguinte:

Descrição	2023			2022		
	Capital Amortizado	Juros	Total	Capital Amortizado	Juros	Total
Montepio - Livrança	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	112,96	112,96
Total	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	112,96	112,96

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2023	2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	204,21	197,15
Total	204,21	197,15

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2023	2022
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	197,15	115,06
Compras	71 199,50	74 109,59
Doações	0,00	909,54
Saldo Final	204,21	197,15
Gastos do Período	71 192,44	74 937,04

7 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2023	2022
Prestação de Serviços		
Quotas do Utilizadores	409 204,66	361 803,10
Quotas e Joias	329,00	763,00
Total	409 533,66	362 566,10

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023			2022	
	Natureza	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	272 008,97	0,00	231 877,30
C.M. Gondomar	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	3 314,62
J.F. Baguim do Monte	Não Reembolsável	0,00	1 500,00	0,00	1 500,00
IAPMEI	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	2 576,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	26 304,76	0,00	34 090,13
PIDDAC (Edifício)	Não Reembolsável	56 045,33	2 793,27	58 838,50	2 793,27
C.M. Gondomar (Edifício)	Não Reembolsável	13 467,50	498,80	13 966,30	498,80
Total		69 512,83	303 105,80	72 804,80	276 650,12

9 Benefícios dos empregados

Os elementos que compõem os Órgãos Sociais são 8, a Direção é constituída por 5 elementos e o Conselho Fiscal por 3 elementos.

A instituição durante o exercício de 2023 e 2022 contou com uma média de 25 e 26 colaboradores, respetivamente. Além do pessoal do quadro, em 2023, estiveram ao serviço da instituição 12 colaboradores ao abrigo de programas com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários em 2023 e 2022 foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	357 749,60	329 488,54
Indemnizações	301,47	847,18
Encargos sobre as Remunerações	77 588,33	72 082,30
Seguros de Acidentes no Trabalho	5 183,13	5 507,19
Outros Gastos com o Pessoal	1 599,95	2 075,38
IEFP	41 616,11	47 735,77
Total	484 038,59	457 736,36

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Outros investimentos Financeiros		
FCT	3 405,32	3 480,74
Total	3 405,32	3 480,74

11.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes		
Utentes c/c	14 163,50	10 693,50
Total	14 163,50	10 693,50

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	928,13	2 355,17
Outros gastos	55,35	0,00
Total	983,48	2 355,17
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidade Janeiro - SAD	0,00	82,00
ISS, IP – Apoio Extraordinário 2023	0,00	6 514,23
ISS, IP – Adiantamento atualização 2023	0,00	9 048,94
ISS, IP – Adiantamento atualização 2024	6 538,30	0,00
Outras receitas com proveito diferido	0,00	1 031,48
Total	6 538,30	16 676,65

Handwritten signature/initials

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	340,67	2 840,66
Depósitos à Ordem	25 209,69	24 523,91
Total	25 550,36	27 364,57

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	240 444,80			240 444,80
Resultados Transitados	- 73 399,32		42 084,05	- 115 483,37
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	101 735,18		3 292,07	98 443,11
Total	268 780,66	0,00	45 376,12	223 404,54

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c		
Fornecedores	28 285,67	38 949,82
Total	28 285,67	38 949,82

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
IVA - restituição	728,03	971,22
Total	728,03	971,22
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	1 386,05	3 327,26
Segurança Social	7 845,44	15 201,11
Fundos de compensação	0,00	59,35
Total	9 231,49	18 587,72

11.8 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	0,00	402,11
Fornecedores	8 047,37	4 710,12
Adiantamentos a fornecedores	8 047,37	4 710,12
Outras Contas a Receber	526,94	667,92
Despesas utentes	526,94	667,92
Total	8 574,31	5 780,15

11.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
	Corrente	Corrente
Cientes e Utentes	578,00	0,00
Adiantamentos Utentes	578,00	0,00
Pessoal	216,02	0,00
Remunerações a pagar	216,02	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	71 806,57	57 281,45
Remunerações a Liquidar	61 984,84	53 718,35
Outras despesas diferidas	9 821,73	3 563,10
ISS - Dotação	940,76	940,11
Sindicato	35,13	0,00
Créditos por identificar	200,00	200,00
Total	73 776,48	58 421,56

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	299 813,73	273 358,05
Doações e heranças – Donativos	12 507,16	11 062,52
Total	312 320,89	284 420,57

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	43 977,08	43 392,96
Materiais	30 806,93	13 112,13
Energia e fluidos	28 126,45	28 615,68
Deslocações, estadas e transportes	42,60	0,00
Serviços diversos	8 117,12	26 487,03
Encargos com Utentes	26 024,91	33 093,61
Total	137 095,09	144 701,41

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Outros Rendimentos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	5,95
Rendimentos Suplementares	200,67	40,00
Imputação subsídios para investimento	3 292,07	3 292,07
Benefícios penalidades contratuais	0,00	1 222,00
Outros	1 441,12	165,28
Total	4 933,86	4 725,30

11.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	26,22	101,72
Dívidas incobráveis - utentes	15,00	607,29
Outros Gastos e Perdas	821,12	750,96
Total	862,34	1 459,97

11.14 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2023 e 2022 ganhos/perdas por aumento/diminuição do "justo valor":

Descrição	2023	2022
Aumentos		
Em Investimentos financeiros - FCT	0,00	32,77
Reduções		
Em Investimentos financeiros - FCT	5,62	0,00
Saldo	- 5,62	32,77

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,25	179,45
Outros gastos financiamento	0,00	62,46
Total	0,25	241,91
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	- 0,25	- 241,91

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2023, foi o seguinte:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas: 28
- Centro de Dia: 11
- Serviço de Apoio Domiciliário: 24

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Baguim do Monte, 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção

